

Macau 500 anos depois: A plataforma da china para o mundo lusófono¹

> Introdução

A identidade multi-cultural de Macau, moldada com a chegada dos portugueses em meados do século XVI, inspirou o enclave chinês para encarnar o ideal de ponte Oriente-Occidente. 500 anos depois, o território retornou à mãe-pátria mas manteve as suas especificidades lusófonas, um peão embrenhado num jogo de sombras chinesas para alcançar interesses além-mar. Oficialmente designado como plataforma de ligação da China ao mundo lusófono, Macau refugia-se no papel de intermediário que os seus contornos únicos lhe permitem desempenhar.

Não sendo uma colónia no sentido formal, mas antes um caso de soberania partilhada, facto sobretudo evidente com os incidentes aí ocorridos durante a Revolução Cultural, o “território sob administração portuguesa”² não foi contemplado pela vaga da descolonização, sendo antes sujeito a um processo de retrocessão³ resolvido pela via negocial. A acta das conversações sobre a questão de Macau, assinada em 1979 aquando do restabelecimento de relações diplomáticas luso-chinesas, já dizia que o território sob administração portuguesa seria “restituído à China(...), no momento julgado oportuno pelos governos dos dois países e por meio de negociações”⁴.

Tal viria a acontecer no rescaldo das negociações sino-britânicas sobre Hong Kong, resultando na assinatura da Declaração Conjunta de Macau em 1987⁵, que estipulou a transferência da administração portuguesa para a República Popular da China (RPC) em 1999.

Quer a Declaração Conjunta, quer a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM)⁶, uma espécie de “mini-constituição” do território que entrou em vigor no momento da sua passagem para a China, definiram que, durante cinquenta anos, Macau “gozará de um alto grau de autonomia, excepto nas relações externas e na defesa, que são da competência do Governo Popular Central”. No entanto, a nível das relações externas a questão da autonomia é tratada de forma algo híbrida nos dois documentos, que assumem que a RAEM pode,

com a denominação de «Macau, China», manter e desenvolver, por si própria, relações, celebrar e executar acordos com os países, regiões e organizações internacionais ou regionais interessadas, nos domínios apropriados, designadamente os da economia, comércio, finanças, transportes marítimos, comunicações, turismo, cultura, ciência, tecnologia e desporto.⁷

ABSTRACT

Macau 500 years after: China's platform for the Lusophone world

After the transfer of the Portuguese administration to China in 1999, the Macau Special Administrative Region (MSAR) kept its role as a bridge between East and West, inspired in the Portuguese settlement 500 years ago. The architectural, cultural and linguistic legacy witnessed in Macau has been promoted through various initiatives of the local government and civil society, showing the belief in the benefits

that the concept of lusophony may bring to the Region. In 2003 the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and the Portuguese-speaking Countries was created with a Permanent Secretariat based in Macau. The support of the central government in using the specificities of this Special Administrative Region as a symbol of the trans-regional integration of China with countries with who

it has little affinities, reviving the statute of the Portuguese language and culture in its own territory, proves great pragmatism. The historical patrimony that Portugal left in the MSAR, the only characteristic that China shares with the lusophone world, contributes to create an innovative way of cooperation between continents that are geographically, politically and culturally apart.

Imagem 1
Hino, logótipo e
cartaz dos Jogos da
Lusofonia, Macau,
2006.
Fontes:
www.pululu.
blogspot.pt,
www.acolop.org,
www.rpolluz.tripod.
com

Esta abertura, conjugada com a manutenção do português como uma das línguas oficiais a par do chinês, tem dado à RAEM a autonomia externa necessária para desenvolver um intenso relacionamento, inclusivamente de alto nível, com as ex-colónias portuguesas. O bom relacionamento entre Lisboa e Pequim, resultante do clima amigável das negociações luso-chinesas, e entre Lisboa e as suas ex-colónias, facilitaram o processo. Em 2003, a preservação das suas características lusófonas garantiu-lhe a sede do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, por isso conhecido como Fórum Macau. Terá a promoção deste papel de plataforma resultados concretos na aproximação de Pequim aos países em questão ou será um refúgio de simbolismo latente ao burilar da identidade de Macau?

I Lusofonia em Macau

A carga simbólica que envolve o Fórum Macau só é decifrável se observarmos o posicionamento da RAEM como ponto de encontro da cultura lusófona, resultado não só da preservação da traça arquitectónica colonial e do português como língua oficial, aspectos negociados nos últimos anos da administração portuguesa, mas também da própria dinamização do ensino da língua e do apoio a eventos lusófonos que se tem vindo a intensificar progressivamente por parte da administração chinesa. A procura de cursos de português tem vindo a aumentar de forma exponencial neste local privilegiado para formação linguística e cultural de diplomatas, empresários e tradutores chineses, alguns originários de Macau e outros provenientes da China continental, antes de iniciarem funções nos países de língua portuguesa.

Em relação aos eventos, os primeiros Jogos da Lusofonia foram realizados em 2006 em Macau (Imagem 1), um local considerado “singular” pelos organizadores, cuja ideia era criar

[u]ma plataforma comum para o desporto estabelecida em conjunto pelos países e regiões de Língua Oficial Portuguesa. [...] Dos quatro cantos do mun-





Imagem 2
Cartazes do Festival da Lusofonia.
Fontes:
www.omeilhordeportugalestaqui.blogspot.pt,
www.ambetabangkokmacau.blogspot.pt

do, os intervenientes juntam-se em torno de um elemento único – uma língua, a Língua Portuguesa. [...] É a primeira vez que um evento desportivo deste género tem a língua como elemento comum.⁸

Já o Festival da Lusofonia, criado em 1998, continuou a realizar-se anualmente no mês de Outubro, para promover a cultura dos países de língua portuguesa e

“homenagear as comunidades lusófonas residentes em Macau, pelo seu contributo no desenvolvimento do território”⁹. (Imagem 2) Esta festa tradicional, organizada pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e pelos Serviços de Turismo de Macau, inclui diversas actividades culturais, como mostras gastronómicas, artesanato, exposições e concertos. O evento, que habitualmente tinha a duração de um fim-de-semana, ganhou outra dimensão com o envolvimento do Fórum Macau na organização da “Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa”¹⁰. (Imagem 3) O mesmo se verificou com a presença dos países de língua portuguesa na Feira Internacional de Macau (MIF) organizada pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), que passaram a ter mais visibilidade, organizados num stand conjunto¹¹. (Imagem 4)

Vários eventos têm sido organizados na RAEM, muitas vezes com o apoio do Fórum Macau, com o objectivo oficial de “reforçar a cooperação entre a

Imagem 3
Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa.
Fonte: www.deltabridges.com



lusofonia e a China”, nomeadamente conferências internacionais que reúnem profissionais de todos os países de língua portuguesa, provenientes dos mais variados sectores de actividade: médicos, jornalistas, advogados e até funcionários dos bancos centrais, dos aeroportos ou dos laboratórios de engenharia civil. Aproveitando este factor de atractividade que tem ligado a Região à lusofonia, a Universidade de Macau acolheu já vários encontros da Associação das Universidades de Língua Portuguesa: o XIII, sobre “Espaço Lusófono do Ensino Superior e Investigação”, em 2003; o XVI, subordinado à “Organização do Espaço de Ensino Superior e Investigação dos Países de Língua Portuguesa”, em 2006, na altura da última Conferência Ministerial do Fórum Macau; e o XX, dedicado ao tema “A China, Macau e os Países de Língua Portuguesa”, em 2010¹². O Departamento de Português da Universidade de Macau também acolheu o Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, em 2011, e tem organizado anualmente o Dia da Língua Portuguesa e o Curso de Verão de Língua e Cultura Portuguesas que, ao incluir visitas e reuniões com responsáveis da região, contribui para divulgar aos participantes o papel de Macau “como ponto de encontro entre culturas e como plataforma para um relacionamento entre a China e os países lusófonos”¹³. (Imagem 5)

Da mesma forma, em 2011, a Universidade de São José organizou uma conferência internacional sobre “A Lusofonia entre Encruzilhadas Culturais”¹⁴, e o Instituto Politécnico de Macau acolheu o encontro da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (Imagem 6) que, na sua declaração de princípios e objectivos, assume que:

Etimologicamente, Lusofonia significa fala dos lusos, mas na nossa definição cabem todos quantos falam, escrevem e trabalham a língua, independentemente da cor, credo, religião ou nacionalidade. Nela incluiremos todos os que têm o português como língua materna ou oficial. Lusófonos seremos, portanto, todos nós quantos, falando a língua de Camões, sentimos que algo temos em comum, de idêntico mas também de diferente de todos os outros que habitualmente falam outra língua e com ela se identificam. A nossa definição de Lusofonia será sempre um diálogo nessa secular língua, incluindo os oito países de língua oficial portuguesa e suas correspondentes identidades culturais, bem como todas as Regiões em que a língua portuguesa é também utilizada como língua materna ou de património...¹⁵

A referência à “fala dos lusos,” feita no início da citação, evoca as críticas recorrentes à “sustentabilidade

Imagem 4
O stand dos países lusófonos na 16.ª Feira Internacional de Macau, Outubro de 2011.
Fonte: www.ipim.gov.mo





Imagem 5
Livros de Actas dos Encontros da Associação das Universidades de Língua Portuguesa em Macau.
Fonte: <http://aulp.org>

teórica e metodológica da comparação dos países lusófonos” e ao erro “da análise arbitrariamente delimitada desses países como se eles constituíssem um campo ‘lusófono’ e não identidades políticas plurais, moldadas pela relação com os contextos mais próximos, pela sua acção diplomática e política e pela sua interacção económica, social e cultural com o mundo”¹⁶. Aparentemente imunes a estas críticas “de instrumentalização do discurso científico para validar a ‘lusofonia’”¹⁷, o Governo da RAEM e organismos que com ele colaboram na divulgação de estratégias e promoção de imagem, têm explorado o conceito ao máximo, evidenciando o espaço que este foi conquistando na administração chinesa. A Revista Macau, publicação trimestral do Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau (Imagem 7), dedica uma secção à lusofonia, conforme atesta a nota do editor aquando do lançamento de um formato renovado da Revista, em 2005:

Outra vertente realçada é o papel da RAEM (Região Administrativa Especial de Macau) como plataforma para a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa. [...] Diga-se a propósito que a Revista passará a ser distribuída em todos os países de língua oficial portuguesa, de forma tão sistemática e ampla quanto possível, sem esquecer, é claro, os seus leitores da RAEM. Estando a Revista tão ligada à lusofonia, ganha senti-

do especial uma outra temática que igualmente destacamos nesta edição e serve de tema para a capa da edição: a língua portuguesa. [...] É desejo da “Macau” aprofundar o relacionamento com [...] a generalidade dos leitores de língua portuguesa, desde Macau ao Brasil, sem esquecer Timor-Leste, Portugal e os países lusófonos de África.¹⁸

No mesmo sentido, o Instituto Internacional de Macau (IIM), no editorial de um dos vários números da revista OrienteOcidente dedicados ao tema, defende “a vocação de Macau como ponto de intercâmbios com o grande espaço da lusofonia” e vai mais longe afirmando: “Fomos, aliás, os primeiros que acreditaram nesta abertura estratégica, tendo desde o início inscrito o reforço da lusófona componente sócio-cultural de Macau nos nossos objectivos axiais”¹⁹. Este interesse é atestado pela quantidade e diversidade de eventos dedicados ao debate da lusofonia, organizados não só em Macau mas também em Portugal e no Brasil, e pelos dois livros editados sobre as relações da China com os países de língua portuguesa²⁰, para além da já referida cobertura assegurada pela OrienteOcidente. (Imagem 8)

A Associação de Macau para a Promoção e Intercâmbio entre Ásia-Pacífico e América Latina (Macau Association for the Promotion of Exchange between Asia-Pacific and Latin America – MAPEAL) também

considera que, “ao contrário de Hong Kong e de outras cidades da China, Macau, através do seu próprio processo histórico de mais de quatro séculos, criou a sua identidade cultural única, que pode ser formulada como sino-latina”, tornando-se uma base ideal para reforçar as relações e “reduzir a distância entre a China e o mundo lusófono em termos económicos e culturais”²¹. O presidente desta associação tem defendido, por um lado, que “a língua portuguesa é indispensável para manter a cultura política e jurídica de Macau” e, por outro, a necessidade de se apostar na investigação e debate sobre a identidade e o modelo de Macau, nomeadamente através da coordenação entre vários institutos de pesquisa dentro e fora do território. No



seu entender, o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre China e Países de Língua Portuguesa, que abordaremos em detalhe adiante, “é o primeiro passo para reforçar o papel de Macau como uma ponte especial entre a China

e a comunidade latina do mundo”²² mas “não é suficiente. É uma instituição governamental com recursos muito limitados. Precisamos de ter mais pessoas a trabalhar nestes aspectos, não apenas na área de negócios mas também na cultura”²³.

Saltando então da dimensão cultural para a comercial, importa referir a Associação Comercial Internacional para os Mercados Lusófonos (ACIML), que tem organizado actividades para a aproximação dos empresários chineses aos dos países de língua portuguesa, contando com a participação de empresários e entidades governamentais relevantes. A ACIML dedica uma das secções da sua revista Novidades da Plataforma à lusofonia e dá destaque ao tema no seu website²⁴. (Imagem 9)

Esta descrição, não pretendendo ser exaustiva, procurou ilustrar a percepção da lusofonia como um meio para reforçar o modelo cultural de Macau, contribuindo assim para a sua construção identitária. Ao contrário do que seria previsível nos últimos anos da administração portuguesa, a preservação desta

Imagem 6
Logótipo e cartaz do XV Colóquio da Lusofonia, 11 a 15 de Abril de 2011.
Fontes:
www.lusofonias.net,
blogue.priberam.pt



Imagem 7
Capa da revista *Macau* dedicada à lusofonia. Dezembro de 2005.



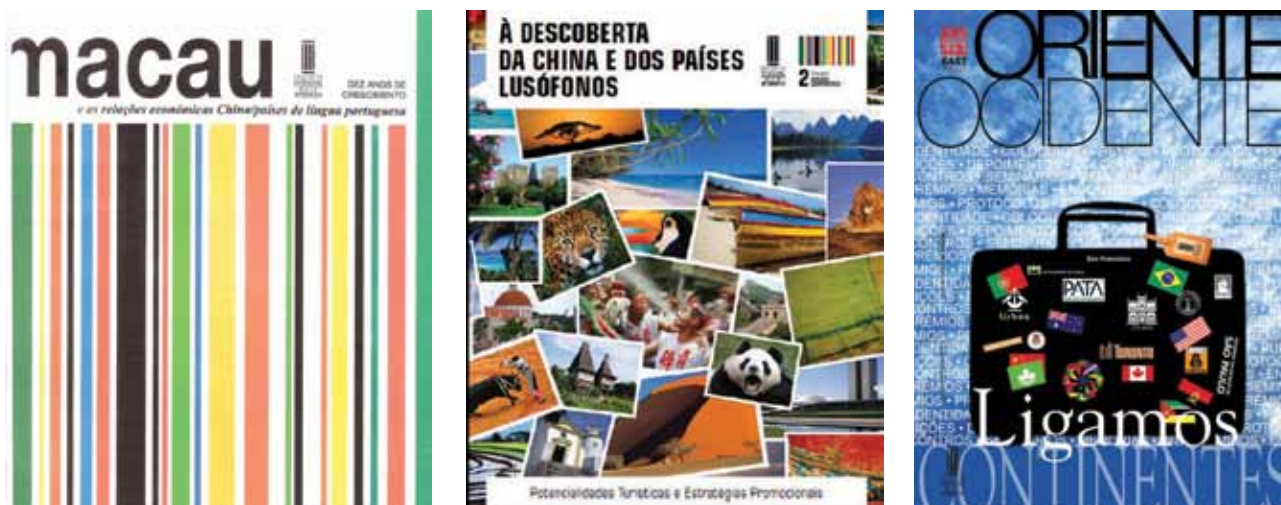


Imagem 8
Capas dos livros
e de uma das
revistas do Instituto
Internacional de
Macau dedicados
à Lusofonia.
Fonte: [http://
iimacau.org.mo](http://iimacau.org.mo)

memória lusófona é incentivada por Pequim: o sistema cultural e linguístico da RAEM, semelhante ao dos países de expressão portuguesa, reforçou o seu papel de ponte para o mundo lusófono²⁵. Se, nos dois ou três anos imediatamente após a transição para a administração chinesa, os “resquícios coloniais” não eram bem vistos, o apoio do governo central na utilização de Macau como símbolo da integração trans-regional da China e dos países de língua portuguesa reavivou o estatuto da língua e cultura portuguesas.

Esta instrumentalização chinesa da lusofonia é ainda mais interessante se tivermos em conta que actualmente o conceito em Portugal é usado com alguma prudência e, nalguns círculos intelectuais e políticos dos países de língua portuguesa, está conotado com o colonialismo. No entanto, esta crispação terminológica não se reflecte na rejeição da cultura lusófona nas ex-colónias, mesmo naquelas que estiveram durante treze anos em guerra com Portugal, talvez por duas razões principais: o atraso nos processos de auto-determinação é associado ao regime ditatorial então vigente e não ao povo português em geral; e os cidadãos provenientes da ex-colónias são bem acolhidos e integrados na sociedade portuguesa.

O sentimento de pertença à cultura lusófona reflecte-se na facilidade de integração que cidadãos provenientes de países de língua portuguesa têm em Macau. Prova disto é a existência de Casas ou Associações de Amizade de todos os países de língua portuguesa, incluindo São Tomé e Príncipe, que tem relações diplomáticas com

Taiwan. Estas associações organizam exposições e eventos, como a celebração dos seus dias nacionais, e participam activamente no Festival da Lusofonia. (Imagem 10) Macau é a única região da China onde os “lusófonos” podem, se frequentarem determinados círculos, passar o dia todo “em português”: há televisão, rádio, jornais, livraria, tertúlias, restaurantes e cafés portugueses e até o nome das ruas e os mapas são bilingues. A seguir veremos como é que estas especificidades linguísticas e culturais reivindicam em Macau um papel crucial na promoção das trocas económicas e comerciais entre a China e os países de língua portuguesa.

2 O Fórum Macau

O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa foi criado em 2003. “O Fórum integra como membros os Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor-Leste, etc) e a República Popular da China”²⁶. Na página oficial do Fórum aparece “etc” e a ausência de São Tomé e Príncipe é notória. Isto poderá dever-se ao facto de São Tomé não ter relações diplomáticas com Pequim; no entanto, é convidado a participar como observador. Enquadrado no Ministério do Comércio da China, o Fórum Macau tem especificidades relativamente aos outros fóruns que são criados/dinamizados por Pequim²⁷, nomeadamente o relacionamento institucionalizado e com carácter de permanência dos

seus Estados-membros, através de um “mecanismo de acompanhamento”:

Os Ministros concordaram com o estabelecimento de um mecanismo de acompanhamento, através da constituição de um Secretariado permanente em Macau que garantirá o apoio logístico e financeiro necessário, bem como a ligação indispensável para a concretização das iniciativas e dos projectos a implementar.²⁸

O Secretariado Permanente está baseado em Macau, que não é membro do Fórum mas é uma Região de um dos membros (China) e partilha com os restantes países a herança da administração colonial portuguesa, a língua e alguns aspectos culturais e administrativos. Assim, de acordo com o Instituto Internacional de Macau, o Fórum,

veio devolver a Macau a dimensão pluri-continental que teve durante séculos, nas relações com África, América Latina e Sudeste Asiático. Macau desempenha novamente um papel único nas ligações da China com os países de língua portuguesa. Este instrumento consubstancia-se como um complemento importante e um enquadramento através do qual a China materializa as relações num plano multilateral e que complementa o relacionamento

inter-governamental bilateral. Confere assim uma identidade internacional a Macau, como plataforma entre a China e os países de língua portuguesa, cumprindo assim quer a vontade do governo central, que lançou esta iniciativa, quer o desejo da população e das autoridades locais.²⁹

A estrutura do Secretariado Permanente do Fórum incluiu: um Secretário-Geral, líder formal do Fórum, nomeado por Pequim; três Secretários-Gerais Adjuntos, um da China (este lugar não foi preenchido devido ao facto do Secretário-Geral já ser chinês), outro de Macau e um terceiro escolhido por ordem alfabética de forma rotativa entre os países de língua portuguesa durante um mandato de três anos; um delegado de cada Estado-membro do Fórum e os seus Embaixadores em Pequim. Cada um dos Secretários-Gerais Adjuntos tutela um dos gabinetes do Secretariado Permanente que foram sendo sucessivamente criados, embora estes sejam coordenados por funcionários do próprio gabinete: Gabinete de Administração (China), encarregue do trabalho diário do Secretariado; Gabinete de Apoio (Macau), que providencia recursos financeiros, administrativos e logísticos para as actividades do Secretariado; Gabinete de Ligação (países de língua portuguesa), que gere os contactos entre o Fórum e os seus Estados-membros³⁰.

Os delegados que representam os Estados-membros neste mecanismo coordenam-se com os “pontos

Imagens 9
Capas da revista
Novidades da
Plataforma, que
tem uma secção
dedicada à
lusofonia.





Imagem 10
Logótipos e fotografia de algumas casas/associações lusófonas em Macau.
Fontes:
<http://casadobrailemmacau.com>,
www.facebook.com/macau.caboverde,
<http://casadeportugal.org>

focais” dos seus países, funcionários incumbidos de receber e divulgar informação do Fórum em coordenação com a Embaixada acreditada em Pequim, com o Secretariado Permanente e com alguns sectores a nível nacional. No caso de Angola, Brasil e Moçambique, os pontos focais são funcionários das Direcções da Ásia e Oceânia dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros ou Relações Exteriores. Em Portugal, Timor-Leste e Guiné-Bissau, os pontos focais pertencem ao Ministério da Economia; no caso da Guiné-Bissau, pertenciam anteriormente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em Cabo Verde, o ponto focal está na Cabo Verde Investimentos, a agência pública de promoção de investimento, turismo e exportações. A abordagem que os Estados-membros fazem do Fórum Macau é, assim, bastante diversificada.

Como o regulamento do Fórum não impõe um modo de conduta uniforme, a forma de actuação dos delegados também varia de país para país. Por um lado, Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e Timor têm delegados permanentes, embora o delegado de Angola partilhe as suas funções entre o Secretariado Permanente e o Consulado de Angola em Macau, e a delegada de Moçambique vá frequentemente a Pequim tratar de assuntos do plano bilateral. Por outro lado, o Brasil limita-se a enviar a Macau o seu Cônsul em Hong Kong para as reuniões que considera relevantes, e Portugal envia a delegada da Agência para

o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AI-CEP) em Macau às reuniões semanais do Fórum.

O Fórum Macau é uma forma muito específica de cooperação trans-regional. (Imagem 11) Por um lado, não é uma Organização Internacional, pois a única estrutura permanente é o Secretariado, e o Fórum só se constitui formalmente nas Conferências Ministeriais, momento de reunião dos altos representantes dos países membros. Por outro lado, é mais do que um mero fórum, pois o facto de ter um Secretariado em permanência permite a organização de iniciativas regulares, revestindo-o de um dinamismo que não teria se estivesse reduzido aos encontros promovidos pelas Conferências Ministeriais. Esta indefinição tem sido reforçada pelo facto de o Secretariado Permanente não ter estatuto jurídico na RAEM, o que também impede os delegados de usufruir de estatuto diplomático. Na última Conferência Ministerial, como resultado da grande pressão exercida por parte dos países de língua portuguesa, decidiu-se alterar esta situação, embora a decisão ainda não tenha entrado em vigor:

Os Ministros reiteraram que, com vista a uma implementação eficaz das acções adoptadas pela 3ª Conferência Ministerial, torna-se necessário continuar a aperfeiçoar a estrutura orgânica e as funções do Secretariado Permanente e, neste sentido, apelaram à intensificação da comunicação deste

Imagem 11
Página oficial do
Fórum Macau.
Fonte:
www.forumchina-
plp.org.mo



Imagem 12
3ª Conferência
Ministerial do
Fórum Macau,
Novembro de 2010.
Fonte:
www.ipim.gov.mo



com o Grupo dos Chefes de Missão dos Países de Língua Portuguesa em Pequim, enquanto mecanismo privilegiado de concertação, bem como recomendaram dotar o Secretariado Permanente do Fórum de Macau de um estatuto legal na Região Administrativa Especial de Macau.³¹

Várias razões podem ser apontadas para esta resistência da China e de Macau em dotar o Secretariado de existência legal. Por um lado, esta formalização poderia elevar o Fórum ao estatuto de uma Organização Internacional com conotação política, dando à RAEM um papel formal em termos de política externa, desafiando os pressupostos da Declaração Conjunta e da Lei Básica no sentido de limitar a sua autonomia a esse nível. Em segundo lugar, é mais fácil permitir a presença de São Tomé e Príncipe como observador num Fórum com as características actuais do que se houver evolução para uma estrutura mais formal. A presença de representantes de São Tomé nas Conferências Ministeriais do Fórum interessa a Pequim, funcionando como forma de atracção conducente a um possível rompimento de relações diplomáticas com Taipei, mas tal presença seria bem mais complicada do ponto de vista político se o Fórum evoluísse em termos jurídicos.

Na verdade, houve sempre uma tentativa de ofuscar as intenções políticas do Fórum e, talvez por isso, tenha sido enquadrado no Ministério do Comércio da China e não no Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao contrário do Fórum sino-africano³², por exemplo. O Fórum Macau foi criado como

um mecanismo de cooperação de iniciativa oficial sem carácter político, que tem como tema chave a

cooperação e o desenvolvimento económico e tem por objectivo reforçar a cooperação e o intercâmbio económico entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa, dinamizar o papel de Macau como plataforma de ligação a esses países e promover o desenvolvimento dos laços entre a República Popular da China, Macau e os Países de Língua Portuguesa.³³

No entanto, mesmo não sendo assumida, a dimensão política deste Fórum “económico e comercial” é particularmente evidente durante as Conferências Ministeriais, encontros de alto nível que se realizam em Macau no Outono, de três em três anos: 2003, 2006 e 2010³⁴. A 3ª Conferência Ministerial contou com a presença do Presidente José Ramos-Horta de Timor-Leste e dos Primeiros-Ministros Carlos Gomes Júnior, da Guiné-Bissau, Aires Bonifácio Ali, de Moçambique, José Sócrates, de Portugal e Wen Jiabao, da China³⁵. (Imagem 12) Visivelmente interessado em projectar a imagem e elevar o nível do Fórum, o Primeiro-Ministro chinês evidenciou o apoio político do Governo central, anunciando a criação de um Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa. A explicação do funcionamento deste fundo, tão aguardada pelos empresários dos países lusófonos, foi feita pelo Secretário para a Economia e Finanças de Macau, Francis, em Março de 2012, durante a reunião ordinária do Secretariado Permanente. (Imagem 13)

Destinado à cooperação multilateral, o Fundo, constituído por iniciativa do Governo da China, tem recebido o apoio e o reconhecimento dos Governos dos Países participantes do Fórum de Macau. É de



mil milhões de USD o valor total do Fundo, cujo capital inicial será compartilhado pelo Banco de Desenvolvimento da China e pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização de Macau, ambos na qualidade dos investidores-pilar (*corner stone investor*) do Fundo. O Fundo destina-se exclusivamente aos pedidos de investimentos e financiamento apresentados por empresas da China (incluindo a Região Administrativa Especial de Macau) e pelos Países de Língua Portuguesa, utilizando o capital como eixo de ligação para promover o desenvolvimento das empresas, o avanço da globalização e o crescimento económico dos países envolvidos, concretizando uma importante medida adoptada pelo Governo Chinês para estimular e aprofundar a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.³⁶

Uma das funções das Conferências Ministeriais em Macau é a aprovação do Plano de Acção para os três anos seguintes, previamente negociado em termos puramente diplomáticos em Pequim, entre o Comité de Embaixadores dos países de língua portuguesa e funcionários do Ministério do Comércio chinês. A tradução do Plano de Acção em actividades concretas é decidida anualmente, no mês de Março, nas reuniões ordinárias com representação dos três Gabinetes do Secretariado Permanente, contando com a presença dos pontos focais dos vários Estados-membros e dos seus Embaixadores em Pequim. Cabe depois ao Secretariado, enquanto órgão permanente que funciona diariamente em Macau, implementar todas as decisões.

O papel de plataforma “no reforço da cooperação económica e comercial entre a China e os Países de

Língua Portuguesa” que é atribuído a Macau abrange três dimensões principais:

[...] cooperação entre as empresas de Macau, do interior da China e dos Países de Língua Portuguesa, no desenvolvimento conjunto de múltiplas formas de cooperação nas áreas de comércio, logística, investimento, agricultura e pescas, exploração de recursos naturais, construção de infra-estruturas, saúde e telecomunicações.

[...] formação de recursos humanos para os Países de Língua Portuguesa [...], em particular nas áreas de línguas, comércio, turismo, finanças e gestão empresarial e administrativa.

[...] criação de oportunidades de estágio nos Países de Língua Portuguesa para os graduados e profissionais formados em Macau com o objectivo de fomentar a formação e aperfeiçoamento no domínio da língua portuguesa.³⁷

Destas três dimensões destaca-se a da formação de recursos humanos, ao ponto de o Secretariado Permanente ter criado, em 2011, um Centro de Formação do Fórum de Macau. A RAEM tem dado um contributo inestimável neste sentido, não só através do apoio financeiro dos quadros que se deslocam a Macau para receber formação mas também pela própria organização das acções, o que tem sido feito na Universidade de Macau. Têm-se deslocado ali com grande regularidade técnicos das mais variadas áreas, provenientes dos países de língua portuguesa, áreas essas que são propostas pelos seus países consoante os interesses. A propósito de um dos últimos cursos de formação, o “Colóquio sobre o Ensino das Línguas Chinesa e Portuguesa na China e nos Países de Língua Portuguesa” dirigido a professores, o Secretário-Geral do Fórum, Chang Hexi, afirmou que a vocação fundamental de Macau é servir de canal sem ser protagonista: “Através da organização deste tipo de colóquios, todos os países de língua portuguesa podem concentrar-se aqui em Macau e aproveitar esta plataforma para trocar impressões, para melhorar este ensino. [...] É esse o papel que uma plataforma como Macau está a desempenhar”³⁸.

Imagem 13
Anúncio do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, Março de 2012.
Fonte: www.rm.co.mz

Na área empresarial, a cooperação tem passado pela “organização, de forma rotativa, do Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” para “divulgar informações sobre investimento e oportunidades de negócios, incentivar visitas empresariais recíprocas e a participação de empresas nas exposições, feiras e encontros empresariais para a cooperação económica e comercial realizados nos Países Participantes do Fórum de Macau”³⁹. As bolsas de negócios, organizadas pelas agências de investimentos do país anfitrião e instituições de promoção de investimento da China e de Macau, facilitam as negociações bilaterais para realização de transacções comerciais e constituição de parcerias para investimento”⁴⁰.

O Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) tem tido um papel que vai muito além deste apoio no âmbito do Encontro de Empresários, não só através da informação e publicações que disponibiliza na sua página de internet, com um papel importante na divulgação das iniciativas do Fórum Macau⁴¹, mas também da organização de missões empresariais em conjunto com o Secretariado Permanente. Estas viagens, apoiadas financeiramente pelo

Governo da RAEM, são apresentadas em pacotes muito atractivos para empresários, advogados e outros profissionais de Macau e da China continental com interesses no mundo lusófono. Assim, com o apoio do IPIM, o Fórum parece ambicionar posicionar-se como uma grande câmara de comércio entre a China e os países de língua portuguesa para apoiar Pequenas e Médias Empresas (as grandes empresas estatais entram em negociações directas, não precisam de passar por Macau). O Fórum recebe pedidos crescentes de empresários, nomeadamente da zona de Cantão, para participar nas visitas e obter apoio administrativo e jurídico para entrar nesses países.

Os próprios cursos de formação direccionados para os países de língua portuguesa, complementados com visitas organizadas em Macau e na China, contribuem para criar um ambiente de confiança entre os dois lados, agilizando o estabelecimento de laços comerciais. (Imagem 14) Muitos dos participantes lusófonos, depois de dias de palestras, banquetes e visitas turísticas e empresariais, regressam aos seus países atraídos pelo modelo de desenvolvimento chinês e com um sentimento de familiaridade com Macau. A herança histórica da administração portuguesa da

Imagem 14
Hall de entrada do Secretariado Permanente do Fórum Macau. Fonte: Vincent Wai-Kit Ho.





RAEM, única característica que a China partilha com o mundo lusófono, aliada ao tradicional papel de ponte entre Oriente e Ocidente de Macau, contribuem para criar um ambiente familiar onde os líderes e empresários de continentes distantes, se sentem confortáveis para negociar, numa inovadora forma de cooperação regional entre países que, à partida, tinham poucas afinidades.

> Conclusão: Que Plataforma?

Não temos espaço, neste curto ensaio, para analisar em profundidade o impacto real da consolidação de Macau como plataforma na aproximação da China ao mundo lusófono. Gostaríamos, no entanto, de deixar umas breves notas para futura reflexão. Os países de língua portuguesa, como já foi aflorado quando dissertámos acerca da lusofonia, não são uma massa cultural, política e económica homogénea, com as mesmas características e visões idênticas do mundo. Pelo contrário, trata-se de um grupo heterogéneo, até em termos geográficos, paisagísticos, comportamentais. E, no próprio domínio da língua, o único traço comum que os empurra para a mesma categoria de mundo lusófono, não é homogéneo. Assim, é natural que Pequim cultive com eles relações bilaterais muito diversificadas e que as suas percepções da relevância de Macau enquanto plataforma de ligação à China sejam, igualmente, variadas.

Vimos que o papel da RAEM enquanto ponte da China para a lusofonia é fomentado por várias instituições e iniciativas governamentais e da sociedade civil, sendo o Fórum de Cooperação entre a China e

os Países de Língua Portuguesa a mais visível. Este Fórum tem características únicas que não lhe permitem evoluir para uma Organização Internacional, desde logo porque em termos formais se esgota nas Conferências Ministeriais, organizadas de três em três anos, não tendo outra estrutura permanente para além do seu Secretariado que, não só não tem estatuto legal, como está sediado numa região sem autonomia em relações internacionais e que nem sequer é membro do Fórum (a não ser de forma indirecta por ser uma Região Administrativa Especial da China).

Além disso, basta uma leitura atenta da estrutura deste Secretariado Permanente, em que o cargo de Secretário-Geral é vitaliciamente assumido por Pequim, para concluirmos que atenta contra os princípios básicos do multilateralismo em termos de igualdade e rotatividade na liderança. O Fórum Macau não é uma verdadeira instituição multilateral mas sim a institucionalização das relações bilaterais entre a China e cada um dos restantes membros. Nos Planos de Acção, na secção dedicada à cooperação inter-governamental, a referência à dimensão multilateral aparece sempre paralelamente à bilateral sem nunca se sobrepôr. Refere-se o desenvolvimento das relações económicas e comerciais “quer a nível bilateral, quer a nível multilateral”, assumindo que o objectivo é o reforço da interacção bilateral e não a criação de uma forma alternativa de cooperação multilateral:

Os Ministros acordaram na intensificação e aperfeiçoamento do mecanismo de consultas bilaterais entre a China e os Países de Língua Portuguesa (...)

Os Ministros concordaram que os mecanismos a estabelecer no quadro do Fórum serão complementares aos já existentes nas consultas bilaterais (...)

Os Ministros reafirmaram o seu empenho no desenvolvimento das relações bilaterais na área económica (...)⁴²

Isto dá legitimidade a que os Estados-membros do Fórum Macau o coloquem num plano secundário relativamente aos canais bilaterais e que a importância que os países lhe atribuem varie consoante a solidez do relacionamento que têm com a China. Assim, o empenho nas actividades do Fórum e a avaliação que fazem

Imagem 15
Gabinete de Apoio
ao Secretariado
Permanente.
Foto:
Vincent Wai-Kit Ho.

do apoio financeiro da RAEM também é muito variável. Por exemplo, em relação aos representantes dos países de língua portuguesa no Secretariado Permanente, podemos identificar delegados muito empenhados e pontos focais muito activos nos ministérios a que eles pertencem; mas também encontramos o inverso. O facto de o Fórum não ser prioritário, combinado com alguns constrangimentos⁴³ e com a forma algo aleatória como estes funcionários são seleccionados, resulta nalgumas escolhas de perfis com menos sensibilidade para o trabalho em causa. Uma outra questão é a do financiamento que é dado aos delegados pelo Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente. (Imagem 15) Este apoio é bem-vindo por alguns países mas é mal visto por outros, a quem não agrada esta posição de dependência (em relação a este Gabinete, a Macau e a Pequim), levando-os a abdicar de um representante em permanência no Fórum. Outros países optam por usar a proximidade de Pequim para incumbir o seu representante em Macau de dar andamento a assuntos bilaterais. A falta de rigidez e uniformidade no *modus operandi* garante a coexistência das diferentes perspectivas, também ilustrada pelo facto de os pontos focais pertencerem a diferentes ministérios nos vários Estados-membros.

O processo de tomada de decisão no Fórum também é único, embrenhado numa grande indefinição sobre onde acaba a cooperação económica e comercial e onde começa a política externa. O Plano de Acção é discutido pelo Ministério do Comércio da China – ao ser um fórum económico e comercial não pertence ao Ministério dos Negócios Estrangeiros – e pelos Embaixadores dos países de língua portuguesa em Pequim. No entanto, o Plano de Acção é assinado na Conferência Ministerial em Macau pelos Ministros que têm a pasta do Fórum que, como vimos, nem sempre pertencem aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos quais dependem os Embaixadores que o negociaram. Por fim, o Plano de Acção traduz-se em planos de actividades anuais negociados no Secretariado Permanente pelos Embaixadores, Ministros, pontos focais e delegados, e é executado pelos delegados. Como os delegados são geralmente funcionários dos ministérios que tutelam a pasta do Fórum Macau,

onde estão baseados os pontos focais⁴⁴, nem sempre são diplomatas e, por isso, não têm canais de comunicação agilizados com as embaixadas em Pequim. Com um organograma tão complexo, envolvendo vários ministérios e funcionários, a pasta do Fórum exigiria coordenação entre vários Ministros e uma decisão estratégica de topo sobre a melhor forma de o usar para complementar o canal bilateral no relacionamento com a China. A dificuldade em fazer isto resulta em informação muito difusa (até em relação às acções de formação) e numa incapacidade de identificar e capitalizar as mais-valias do Fórum.

Um Fórum com estas especificidades provavelmente só poderia existir na Região Administrativa Especial de Macau, um espaço único no mundo, ponto de encontro de culturas lusófonas dentro da própria China, com definições jurídicas difusas no campo das suas relações externas. Ao assumir e promover a RAEM como uma plataforma única nas suas relações com o mundo lusófono, capitalizando a sua herança cultural e linguística e suavizando a conotação negativa das memórias coloniais, a China acarinha a estratégia definida por Portugal há 500 anos. No cruzamento do Oriente com o Ocidente, Macau transitou da administração portuguesa para a chinesa mas a importância do seu papel de intermediário teima em subsistir.

* Carmen Amado Mendes é Professora Auxiliar do Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; membro da direcção da *European Association for Chinese Studies*; Doutorada em estudos políticos pela *School of Oriental and African Studies*, Universidade de Londres, Mestre pelo *Institut des Hautes Études Européennes*, Universidade de Estrasburgo, e Licenciada pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa. Foi professora visitante na Universidade de Macau; investigadora de pós-doutoramento do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. É coordenadora de um projecto sobre Macau no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e autora de várias publicações.

NOTAS

- 1 A pesquisa subjacente à realização deste artigo foi desenvolvida no âmbito do projecto “Uma Análise da Fórmula ‘Um País, Dois Sistemas’: O Papel de Macau nas Relações da China com a UE e os Países de Língua Portuguesa”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCOMP-01-0124-FEDER-009198). O extenso período de trabalho de campo não teria sido possível sem o generoso apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, da Fundação Macau (em Macau) e da Fundação Oriente (em Macau e em Timor).
- 2 Denominação incluída na *Constituição da República Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Editora, 1976, Artigos 5 e 306.
- 3 Esta teorização decorre de uma lacuna existente no Direito Internacional que permita enquadrar, do ponto de vista formal, processos de retirada da potência administrante, em que os habitantes do território administrado não tenham o direito à auto-determinação. Assim, chamamos “retrocessão” aos processos em que um enclave é absorvido, de forma pacífica ou violenta, por uma en-

- tidade contígua de maior dimensão à qual pertencia antes de ter sido administrado pela potência colonial. Foi este o caso de Goa, que retrocedeu pela força à Índia, em 1961, e poderia ser o caso de Gibraltar e das Malvinas, se as posições da Espanha e da Argentina prevalessem sobre a do Reino Unido.
- 4 “Acta das conversações sobre a questão de Macau” e “Comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas formais entre a China e Portugal”, Paris, 8 de Fevereiro de 1979.
 - 5 “Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau”, Pequim, 13 de Abril de 1987.
 - 6 “Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China”, adoptada em 31 de Março de 1993, pela Primeira Sessão da Oitava Legislatura da Assembleia Popular Nacional da RPC e promulgada pelo Decreto Nº 3 do Presidente da RPC para entrar em vigor no dia 20 de Dezembro de 1999.
 - 7 Declaração Conjunta de Macau, Anexo I, Cap. VIII; Lei Básica da RAEM, Cap. VII – Assuntos externos, Art. 136.
 - 8 Instituto do Desporto, “Os Jogos da Lusofonia”, Desporto de Macau, Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Nº 2, 2006, in <http://www.sport.gov.mo/pt>, página consultada a 24 de Setembro de 2010.
 - 9 Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, “15º Festival da Lusofonia, 4ª Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa”, Governo da Região Administrativa Especial de Macau, in <http://www.iacm.gov.mo>, página consultada a 24 de Setembro de 2010.
 - 10 Ver “Notícias Recentes” no site Fórum Macau, in <http://www.forumchinapl.org.mo/pt>, página consultada a 24 de Setembro de 2010.
 - 11 Ver “Pavilhão dos Países de Língua Portuguesa”, 17ª Feira Internacional de Macau, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, 18-21 de Outubro de 2012, in <http://www.mif.com.mo>, página consultada a 24 de Setembro de 2012.
 - 12 Associação das Universidades de Língua Portuguesa, “Publicações – Actas”, in <http://aulp.org>, página consultada a 24 de Setembro de 2012.
 - 13 Dias, Aldino, Professor do Departamento de Português da Universidade de Macau e membro da comissão organizadora dos referidos eventos, *Jornal Tribuna de Macau*, “UM Celebra ‘Dia da Língua Portuguesa’”, 23 de Fevereiro de 2012.
 - 14 “USJ esmiúça a lusofonia”, Ponto Final, 22 de Fevereiro de 2011.
 - 15 Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, “Declaração de Princípios e Objectivos”, in <http://www.lusofonias.net>, página consultada a 24 de Setembro de 2012.
 - 16 Nascimento, Augusto, “A Lusofonia para além dos afectos e dos adornos: as premissas de um (possível) saber partilhado”, *Relações Internacionais*, Nº15, Setembro de 2007, p. 127.
 - 17 *Ibidem*, p. 126.
 - 18 Ortet, Luís, “Editorial”, *Revista Macau*, Nº 1, Dezembro de 2005, p.1. A secção “lusofonia” das várias revistas pode ser consultada em: <http://www.revistamacau.com>
 - 19 *OrienteOcidente*, Instituto Internacional de Macau, Nº15, Julho de 2005, p. 4. As publicações do IIM podem ser consultadas em: <http://iimacau.org.mo/>
 - 20 César, Gonçalo (coord.), *Macau e as Relações Económicas China / Países de Língua Portuguesa – dez anos de crescimento 1999-2009*, Instituto Internacional de Macau, 2009; César, Gonçalo (coord.), *À descoberta da China e dos países lusófonos: Macau: potencialidades turísticas e estratégias promocionais*, Instituto Internacional de Macau, 2011.
 - 21 Ngai, Gary, “Macau an ideal base to develop Sino-Latin ties”, *OrienteOcidente*, 13 de Maio de 2004, p. 5.
 - 22 *Ibidem*, pp. 10-11 e 14.
 - 23 Ngai, Gary, “O Fórum não é suficiente”, entrevistado por Hélder Beja, *Ponto Final*, 7 de Setembro de 2012.
 - 24 Ver: *Novidades da Plataforma*, Associação Económica e Comercial Internacional para os Mercados Lusófonos, in <http://www.aciml.org.mo/por/plataforma.htm>
 - 25 Cardoso, Daniel e Mendes, Carmen Amado, “Lusofonia em Macau: Que Contributos para o reforço das relações Sino-Brasileiras?” in Pretov, Petar et al. (eds.), *Avanços em Comparatismos nas Lusofonias*, Associação Internacional de Lusitanistas, Através Editora, Santiago de Compostela-Faro, pp. 137-138.
 - 26 Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), “Apresentação do Fórum”, in <http://www.forumchinapl.org.mo/pt/aboutus.php>, página consultada a 23 de Setembro de 2012.
 - 27 Cf. *Forum of China-Africa Cooperation* (FOCAC), 2000; *Boao Forum for Asia* (BFA), 2002; *Shanghai Cooperation Organization* (SCO), 2001; *Sino-Arab Cooperation Forum* (SACF), 2004; *China-Arab States Trade and Economic Cooperation Forum* (CASCF), 2010; *China-Pacific Island Countries Economic Development and Cooperation Forum* (CPICEDCF), 2006.
 - 28 Fórum Macau, “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial”, Macau, 13 de Outubro de 2003.
 - 29 *OrienteOcidente*, Instituto Internacional de Macau, Nº23, Janeiro de 2010, p. 25.
 - 30 Fórum Macau, “Regulamento de Funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, 10 de Março de 2008.
 - 31 Fórum Macau, “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial da 3ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2010-2013)”, Macau, 14 de Novembro de 2010.
 - 32 O *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC) foi criado em 2000, sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC.
 - 33 Fórum Macau, “Apresentação do Fórum”, in <http://www.forumchinapl.org.mo/pt/aboutus.php>, página consultada a 23 de Setembro de 2012.
 - 34 A última Conferência Ministerial foi adiada de 2009 para 2010 aparentemente por dois motivos: o atraso na substituição do falecido Secretário-Geral do Fórum Macau e para não coincidir com as celebrações dos 10 anos da transferência da administração portuguesa para a chinesa.
 - 35 Cabo Verde esteve representado por Humberto Brito, Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro; Angola pelo Ministro da Economia, Abrahão Gourgel, e o Brasil pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores, Carneiro de Mendonça. Fórum Macau, *Boletim Trimestral*, Secretariado Permanente do Fórum, Nº16-17, 2011, p. 4.
 - 36 Fórum Macau, “Apresentação do Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa – Casos de Estudo”, in <http://www.forumchinapl.org.mo/pt/subjectResearch.php>, página consultada a 28 de Setembro de 2012.
 - 37 Fórum Macau, “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial”, Macau, 14 de Novembro de 2010, Art. 14 (Papel de Macau como plataforma).
 - 38 Chang Hexi, “Ensino de português e chinês deve ter mais qualidade,” entrevistado por Maria Caetano, *Ponto Final*, 14 de Agosto de 2012.
 - 39 Fórum Macau, “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial”, Macau, 14 de Novembro de 2010, Art. 3 (Investimento e Cooperação Empresarial).
 - 40 Gama, Joaquim, Delegado de Angola no Secretariado Permanente do Fórum de Macau, Apresentação sobre “O Fórum de Macau”, Colóquio Internacional sobre o Português nas Organizações Internacionais, Luanda, 4 de Julho de 2012.
 - 41 Ver publicações do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, in <http://www.ipim.gov.mo>, nomeadamente a *Macau Image*, Nº53, Janeiro de 2011, dedicada à 3ª Conferência Ministerial do Fórum Macau.
 - 42 Ver Planos de Acção resultantes das Conferências Ministeriais, Macau, 13 de Outubro de 2003; 25 de Setembro de 2006; 14 de Novembro de 2010.
 - 43 Um dos constrangimentos é o facto de não ser fácil encontrar funcionários com o perfil adequado e que dominem a língua portuguesa em todos os Estados-membros do Fórum; isto é particularmente evidente em Timor-Leste. Este constrangimento extravasa a escolha dos delegados e dos pontos focais e afecta de forma visível a selecção de candidatos para os cursos de formação do Fórum em Macau.
 - 44 No caso de Moçambique isto não acontece: o ponto focal está no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação mas a delegada no Secretariado Permanente pertence ao Ministério da Indústria e Comércio.

FONTES

- “Acta das conversações sobre a questão de Macau” e “Comunicado conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas formais entre a China e Portugal”, Paris, 8 de Fevereiro de 1979.
- Associação das Universidades de Língua Portuguesa, in <http://aulp.org>.
- Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, in <http://www.lusofonias.net>.
- Cardoso, Daniel e Mendes, Carmen Amado, “Lusofonia em Macau: Que Contributos para o reforço das relações Sino-Brasileiras?” in Pretov, Petar et al. (eds.), *Avanços em Comparatismos nas Lusofonias*, Associação Internacional de Lusitanistas, Através Editora, Santiago de Compostela-Faro, 2012, pp. 133-150.
- Constituição da República Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Editora, 1976.
- “Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau”, Pequim, 13 de Abril de 1987.
- Feira Internacional de Macau, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, in <http://www.mif.com.mo>.
- Fórum Macau (Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa), in <http://www.forumchinapl.org.mo/pt>.
- Fórum Macau, *Boletim Trimestral*, Secretariado Permanente do Fórum (vários anos).
- Fórum Macau, “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial”, Macau, 13 de Outubro de 2003; 25 de Setembro de 2006; e 14 de Novembro de 2010.
- Fórum Macau, “Regulamento de Funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa,” 10 de Março de 2008.
- Gama, Joaquim, “O Fórum de Macau”, Colóquio Internacional sobre o Português nas Organizações Internacionais, Luanda, 4 de Julho de 2012.
- Instituto do Desporto, “Os Jogos da Lusofonia”, *Desporto de Macau*, Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Nº 2, 2006.
- Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, “15º Festival da Lusofonia, 4ª Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa”, Governo da Região Administrativa Especial de Macau, in <http://www.iacm.gov.mo>.
- Jornal Tribuna de Macau*, 23 de Fevereiro de 2012.
- “Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China”, Pequim, 31 de Março de 1993.
- Macau Image*, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, Nº53, Janeiro de 2011.
- Nascimento, Augusto, “A Lusofonia para além dos afectos e dos adornos: as premissas de um (possível) saber partilhado”, *Relações Internacionais*, Nº15, Setembro de 2007, pp.125-132.
- Ponto Final*, 22 de Fevereiro de 2011, 14 de Agosto de 2012 e 7 de Setembro de 2012.
- Novidades da Plataforma*, Associação Económica e Comercial Internacional para os Mercados Lusófonos.
- OrienteOcidente*, Instituto Internacional de Macau.
- Revista Macau*, Gabinete de Comunicação Social do Governo de Macau.
- Sá, Gonçalo César (coord.), *Macau e as Relações Económicas China / Países de Língua Portuguesa – dez anos de crescimento 1999-2009*, Instituto Internacional de Macau, Macau, 2009.
- Sá, Gonçalo César (coord.), *A descoberta da China e dos países lusófonos: Macau: potencialidades turísticas e estratégias promocionais*, Instituto Internacional de Macau, Macau, 2011.